



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2026.0000053275**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1042255-73.2025.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante DJAMILA TAÍS RIBEIRO DOS SANTOS, é apelado RENAN ANTONIO FERREIRA SANTOS.

**ACORDAM**, em 6ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U. Sustentou oralmente os advogados Fábio Ferraz de Arruda Leme, OAB/SP 231.332 e Lucas de Lemos Mehero, OAB/SP 419.260.", de conformidade com o voto do Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores DÉBORA BRANDÃO (Presidente sem voto), CESAR MECCHI MORALES E COSTA NETTO.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2026.

**LUCILIA ALCIONE PRATA**

**Relatora**

**Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

**Voto nº 1.469**

**Apelação Cível nº 1042255-73.2025.8.26.0100**

**Órgão Julgador:** 6ª Câmara de Direito Privado

**Relatora:** Lucilia Alcione Prata

**Apelante:** Djamila Taís Ribeiro dos Santos

**Apelado:** Renan Antonio Ferreira Santos

**Comarca:** São Paulo - 2ª Vara Cível do Foro Central

**Juiz(a) Prolator(a):** Tom Alexandre Brandão

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PUBLICAÇÃO EM REDE SOCIAL IMPROCEDÊNCIA.** Insurgência da autora. Alegação de violação à honra e à imagem decorrente de postagem ofensiva que extrapola o debate político, com uso de linguagem depreciativa e imputação de alinhamento ao crime organizado. Liberdade de expressão que não se reveste de caráter absoluto. Excesso configurado. Violação aos direitos da personalidade. Análise sob perspectiva de gênero e racial, nos termos dos Protocolos do CNJ. Linguagem ofensiva com carga discriminatória e potencial lesivo ampliado em ambiente digital. Dano moral *in re ipsa*. Indenização fixada. Remoção do conteúdo, retratação pública e obrigação de não fazer. Inversão da sucumbência. Fixação do *quantum* indenizatório. Sentença reformada. Inversão da sucumbência. **RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

Trata-se de apelação interposta pela autora contra sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível do Foro Central (fls. 544/548), cujo relatório ora se adota, que julgou improcedente a ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos morais, condenando a autora ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa.

A autora apela pugnando pela reforma da respeitável sentença sustentando



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

que: (i) se escritora, filósofa, acadêmica, representante do movimento que luta pelos direitos das mulheres afro-brasileiras e colunista de jornal de grande circulação; (ii) a postagem realizada pelo réu em rede social ofendeu sua honra objetiva e subjetiva, configurando conteúdo difamatório e *fake news*, ao associá-la ao crime organizado ; (iii) a publicação gerou repercussões ofensivas adicionais, com acusações inverídicas de financiamento estrangeiro e ataques de cunho discriminatório; ; (iv) o juízo *a quo* deixou de apreciar o pedido de tutela de urgência; (v) a sentença foi proferida durante o prazo de oferecimento de réplica; (vi) a sentença enquadrrou as ofensas como debate político e exercício da liberdade de expressão; (vii) que houve imputação falsa, desproporcional e lesiva a seus direitos da personalidade; o conteúdo difamatório veicula uma inverdade com aptidão de enganar o destinatário da mensagem e um ataque desproporcional a direito de personalidade alheia; (viii) que o réu, embora afirme criticar ideias, fez referência nominal à autora, chamando-a de “*jeca*”; (ix) a sentença confunde crítica ideológica legítima com ofensa pessoal e imputação criminosa.

Contrarrazões apresentadas às fls. 631/649.

Houve oposição ao julgamento virtual por ambas as partes.

### **É O RELATÓRIO.**

O recurso atende aos requisitos de sua admissibilidade.

Versa a demanda sobre obrigação de fazer para retirada de conteúdo difamatório e ofensivo contra a autora em rede social e pedido de indenização por danos morais.

### **(I) Preliminares**

A alegação de omissão quanto à apreciação do pedido de tutela de urgência confunde-se com o próprio mérito da controvérsia, razão pela qual será analisada conjuntamente, inexistindo cerceamento de defesa.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Da mesma forma, o fato da sentença ter sido proferida quando ainda pendente prazo para oferecimento de réplica não gera sua nulidade automática.

Mesmo porque, no caso concreto, ausente hipótese de necessária manifestação sobre a contestação, na medida em que o réu não arguiu nenhuma das alegações previstas no art. 337 do CPC.

Cuidando-se de questão meramente de direito admissível o julgamento no estado.

Rejeitam-se as preliminares. Passa-se ao exame do mérito.

**(I) Mérito**

**1. Delimitação da controvérsia**

A demanda versa sobre a remoção de conteúdo ofensivo publicado em rede social, bem como sobre a responsabilização civil por danos morais decorrentes de postagem realizada pelo réu na plataforma “X” (antigo Twitter), nos seguintes termos:

***“Isso aqui é uma das coisas mais burras já escritas em língua portuguesa. Merece ser lida e estudada, dado que é uma joia rara, um monumento à ignorância. Djamila é uma jeca, e vale lembrar: sua agenda é a mesma do crime organizado”.***

O Juízo de origem julgou a lide improcedente por entender que não houve ofensa à apelante, sob o argumento de que a questão encontra-se limitada à discussão ideológica e liberdade de expressão.

É incontroverso nos autos que o réu é o autor da postagem questionada, cujo teor foi integralmente reconhecido em sua contestação.

A controvérsia jurídica reside em definir se a mensagem extrapola os limites da liberdade de expressão e configura violação aos direitos da personalidade da autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO  
São Paulo

## 2. Liberdade de expressão e seus limites constitucionais

É inegável que a liberdade de expressão constitui pilar estruturante do Estado Democrático de Direito, especialmente no debate público de ideias, inclusive quando dirigido a figuras públicas.

Todavia, não se trata de direito absoluto. Seu exercício encontra limites nos direitos da personalidade, na dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da Constituição Federal) e nos deveres de boa-fé, razoabilidade e respeito à integridade moral alheia, conforme dispõe o art. 187 do Código Civil.

A crítica a ideias, posições políticas ou concepções teóricas é plenamente legítima. O que se mostra juridicamente inadmissível é a transposição desse debate para o campo da desqualificação pessoal, mediante o emprego de expressões ofensivas ou imputações desonrosas, capazes de comprometer a honra, a reputação e a credibilidade do indivíduo perante terceiros.

A jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça distingue, com nitidez, crítica a ideias de ataque pessoal, bem como opinião valorativa de imputação desonrosa apta a comprometer reputação e credibilidade pública.

O réu, por sua vez, defende a liberdade de expressão, como crítica ideológica e manifestação de opinião política, revestida de ironia, crítica ácida, mas sem conteúdo ofensivo.

Todavia, a discordância quanto a posição política ou ideológica da jornalista não autoriza o réu de chamá-la de *"burra"*, tampouco mencionar que o texto por ela escrito é *"uma das coisas mais burras já escritas em língua portuguesa"*, *"merece ser lida e estudada, dado que é uma joia rara, um monumento à ignorância"*, destacando *"sua agenda é a mesma do crime organizado"*.

No caso concreto, o réu ultrapassou o campo do dissenso argumentativo. Não se limitou a discordar das teses defendidas pela autora sobre sistema penal, encarceramento ou políticas públicas. Optou, ao contrário, por atribuir-lhe



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

qualificações pessoais depreciativas (“burra”, “jeca”); associar sua produção intelectual e seu ativismo à “agenda do crime organizado”; reiterar, na contestação, que suas ideias “favorecem facções criminosas”.

Ressalte-se, que o conteúdo inicialmente divulgado foi reiterado e aprofundado em sede defensiva, quando o próprio réu reafirma a associação da autora à chamada “agenda do crime organizado”, ainda que sob a justificativa de crítica ideológica, metáfora ou linguagem figurada:

*"O SR. RENAN, por meio de ironia e hipérbole, questionou as ideias apresentadas pela SRA. DJAMILA em seu artigo, bem como teceu opiniões acerca dos posicionamentos da AUTORA sobre segurança pública e sistema penal, frequentemente defendidos por ela em obras, colunas, palestras e redes sociais." "A referência à “agenda” da SRA. DJAMILA como semelhante à do “crime organizado” é uma crítica genérica e metafórica ao discurso por ela sustentado em defesa da despenalização de condutas, do desencarceramento e de um modelo de justiça penal alternativa que, na ótica do SR. RENAN, seriam coincidentes com pautas defendidas por grupos criminosos."*

*"A imputação de que a AUTORA teria “agenda alinhada ao crime organizado” é, novamente, uma figura de linguagem, crítica de viés político, que visa ilustrar a visão do SR. RENAN de que determinadas bandeiras - como o desencarceramento automático e a vitimização de criminosos - favorecem a impunidade e, por consequência, grupos criminosos." "Essa é a interpretação do SR. RENAN, e ele tem direito de manifestá-la. Não houve imputação literal de crime à AUTORA. Jamais foi dito que ela integra organização criminosa. O que houve foi crítica pública a uma ideologia com a qual o RÉU discorda."*

*"Excelência, ainda que essas ideias sejam defendidas com base em convicções legítimas, o que se acredita ser o caso, o fato é que o SR. RENAN apenas apontou que tais ideias coincidem materialmente com os interesses estratégicos de facções criminosas."*

Não procede a tese defensiva do apelado de que as expressões utilizadas seriam meras metáforas, ironias ou hipérboles próprias do debate democrático.

A linguagem, ainda que figurada e no contexto como apresentada em redes sociais, não neutraliza o conteúdo ofensivo, notadamente quando há referência nominal direta à pessoa da autora e a mensagem é inteligível ao público médio em sua textualidade.

Não se trata, portanto, de interpretação ampliativa ou leitura subjetiva



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

atribuída pela parte autora, mas de manifestação assumida pelo próprio requerido, o que afasta qualquer dúvida quanto à autoria, ao nexo causal e à voluntariedade da conduta.

### **3. Linguagem ofensiva, perspectiva de gênero e racial**

A análise do caso impõe a adoção do julgamento sob perspectiva de gênero e racial, nos termos das Resoluções CNJ nº 492/2023 e nº 598/2024, que determinam ao Poder Judiciário o reconhecimento e o enfrentamento de estereótipos, preconceitos estruturais e práticas discursivas discriminatórias, ainda que travestidas de neutralidade formal.

A orientação do CNJ sobre os temas em debate estabelece que o julgamento deve considerar como determinados discursos, em contextos específicos, produzem efeitos desproporcionais sobre mulheres e pessoas negras, especialmente quando a linguagem utilizada reproduz mecanismos de inferiorização e criminalização simbólica.

A expressão “jeca”, longe de possuir neutralidade semântica, carrega forte carga simbólica e pejorativa. No imaginário social brasileiro, remete ao personagem “*Jeca Tatu*”, descrito na obra de Monteiro Lobato como um mestiço (“caboclo”), associado ao atraso, à ignorância e à marginalização social, de caráter preguiçoso e indolente.

Seu uso, no contexto da postagem, visa reduzir e inferiorizar a autora comparando-a ao “JECA” e diminuindo-a em sua capacidade intelectual e social.

Quando dirigida a uma mulher negra, intelectual, escritora e referência na luta antirracista, a linguagem empregada reforça estigmas estruturais, reproduzindo mecanismos de deslegitimação historicamente utilizados para silenciar vozes femininas e negras no espaço público.

Ainda mais grave é a afirmação de que “*sua agenda é a mesma do crime organizado*”, que não traduz juízo opinativo, mas verdadeira imputação difamatória, ao sugerir alinhamento ético e político com práticas criminosas e com o crime





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**São Paulo**

organizado, apta a induzir o público a erro e a macular a reputação da autora.

Nesse sentir confirmam-se os julgados deste E. Tribunal sobre o tema em debate:

*DIREITO CIVIL. APELAÇÃO. INDENIZAÇÃO POR USO INDEVIDO DE IMAGEM E DANOS MORAIS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO . I. Caso em Exame 1. Recurso de apelação contra sentença que condenou a parte ré ao pagamento de indenização por uso indevido de imagem e danos morais. A autora, influenciadora digital, alegou que a parte ré republicou um vídeo seu sem autorização, com comentários difamatórios, visando vender cursos . A sentença condenou a parte ré ao pagamento de R\$ 30.000,00 por danos morais e R\$ 30.000,00 por danos à imagem. II . Questão em Discussão 2. As questões em discussão consistem em: (i) cerceamento de defesa pela não produção de prova oral; (ii) cumulação de indenizações por danos morais e à imagem, alegando bis in idem; (iii) excessividade dos valores indenizatórios. III. Razões de Decidir 3 . Não há cerceamento de defesa, pois cabe ao juiz decidir sobre a pertinência das provas. A prova documental, diante das circunstâncias da lide, foi suficiente para a solução da demanda. 4. A cumulação de indenizações por danos oriundos do uso indevido da imagem e morais por ofensa à honra é admitida quando possuem causas distintas . No uso não autorizado da imagem para fins comerciais presume-se o dano, sendo devida a indenização, conforme pacificado pelo STJ (súmula n. 403). Quanto ao abalo moral, restou nos autos comprovado pelo conteúdo ofensivo da publicação a abalar a honra da autora. 5 . O valor indenizatório, todavia, deve ser reduzido para R\$15.000,00 por dano moral e R\$15.000,00 pelo uso indevido de imagem, totalizando R\$30.000,00, considerando a gravidade dos danos e as condutas da parte ré, evitando-se o enriquecimento sem causa . IV. Dispositivo e Tese 6. Recurso parcialmente provido. Indenizações reduzidas para o total de R\$ 30 .000,00. Tese de julgamento: 1. A cumulação de indenizações por danos morais e à imagem é possível quando fundamentadas em causas distintas. 2 . A redução dos valores indenizatórios deve considerar a gravidade do dano e a conduta do ofensor. Legislação Citada: CF/1988, art. 5º, V e X; CC, arts. 20 e 944; CPC, arts. 355, I, e 370. Jurisprudência Citada: STJ, REsp nº 331.084, Rel. Min . Castro Filho, 3ª Turma, j. 21.10.2003 . TJSP, Apelação Cível 0088423-26.2012.8.26 .0224, Rel. Alcides Leopoldo, 1ª Câmara de Direito Privado, j. 28.04 .2015.(TJ-SP - Apelação Cível: 10157792020248260007 São Paulo, Relator.: Antonio Carlos Santoro Filho, Data de Julgamento: 15/12/2025, 1ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 15/12/2025).*

*APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS- Provas. Juntada em sede de recurso de apelação. Contraditório Diferido. Julgamento com base no acervo probatório antecedente à fase recursal. Postagens em rede social de cunho partidário. Associação direta do autor, agente político, a condutas criminosas (corrupção, terrorismo, tráfico de drogas etc). Ausência de respaldo fático ou judicial. Excesso de linguagem. Abuso da liberdade de expressão. Ofensa à honra objetiva e subjetiva do autor. Dever de indenizar caracterizado. Valor fixado em R\$ 10.000,00. Determinação de retirada da postagem. Sentença reformada – RECURSO PROVIDO. (TJSP; Apelação Cível 1050706-24.2024.8.26.0100; Relator (a): Lucilia Alcione Prata; Órgão Julgador: 6ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 26ª Vara Cível; Data do Julgamento: 11/09/2025; Data de Registro: 12/09/2025)*

#### **4. Repercussão e potencial lesivo ampliado**

O interesse de agir da autora é inequívoco. A postagem foi amplamente divulgada, partiu de perfil com elevado número de seguidores e gerou efeitos concretos, como demonstrado pelos comentários subsequentes de terceiros, que reproduziram ataques raciais, misóginos e deslegitimadores.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

A postagem teve ampla repercussão, gerando desdobramentos ofensivos por parte de terceiros, inclusive com ataques de cunho racial e misógino, conforme se extrai dos comentários reproduzidos às fls. 21/44.

Mesmo porque o próprio réu se identifica como fundador de um movimento político e possui cerca de 122 mil seguidores, devendo ter maior responsabilidade ao divulgar seus comentários em rede social com extrema permeabilidade ao público (fl.502).

A potencialidade do dano é manifesta, não sendo exigível da vítima a prova de sofrimento psíquico específico, porquanto, em hipóteses como a dos autos, o dano moral é presumido (*in re ipsa*), decorrendo automaticamente da violação à honra e à reputação, conforme orientação pacífica do Superior Tribunal de Justiça.

Vejam-se os comentários deflagrados pela postagem do réu (fls.21/44):

*"Não ela não é burra. Burro sou eu. Isso aqui é um achaque de gente malandra (referindo-se à autora). Como a teta da USAID vai secar ela (a autora) precisa de outra vaca gorda (...)"* (fl.25).

*"O tipo de mulher (referência à autora) que faz um desserviço para as demais mulheres! Olha a gente tendo nossa reputação assassinada graças a estas loucas privilegiadas "com lugar de fala" (referência à autora)"* (fl.27).

O ambiente digital, pela sua natureza amplificadora, potencializa o dano, razão pela qual a responsabilização civil mostra-se ainda mais necessária para coibir abusos e reafirmar os limites jurídicos da manifestação pública.

A responsabilização civil, neste contexto, não visa cercear o debate público, mas reafirmar seus limites jurídicos, preservando a crítica legítima e coibindo o abuso discursivo que instrumentaliza a liberdade de expressão para promover ataques pessoais e estigmatização social.

## **5. Dano moral e consequências jurídicas**

No caso em exame, o apelado não se limitou a expressar discordância ou



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
 São Paulo

formular crítica ideológica ao conteúdo do artigo publicado. Optou, ao revés, por recorrer a expressões depreciativas e por estabelecer indevida associação da autora a atividades criminosas, valendo-se de linguagem difamatória, desprovida de qualquer propósito informativo ou argumentativo.

As expressões contextualizadas em ambiente digital de alta visibilidade, constitui ataque pessoal e gratuito, dotado de potencial lesivo ampliado pela dinâmica das redes sociais.

A ofensa aqui tratada, portanto, transcende o âmbito individual (subjetivo) e objetivo e atinge também o espaço coletivo de representação e resistência das minorias raciais.

Não se trata, pois, de proteger suscetibilidades, mas de afirmar os limites jurídicos da crítica legítima e o dever de responsabilidade no uso da palavra pública.

A postagem, pelo seu conteúdo e contexto, extrapolou os contornos da crítica ideológica e violou frontalmente os direitos da personalidade da autora, sendo o dano moral presumido (*in re ipsa*), nos termos da Súmula 403 do Superior Tribunal de Justiça.

Consideradas a gravidade do conteúdo, o alcance da divulgação em rede social de grande visibilidade, a notoriedade da autora e o caráter pedagógico da reparação, fixa-se a indenização por danos morais no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com correção monetária a partir do presente arbitramento – data da publicação do acórdão (Súmula 362/STJ) e juros de mora desde o evento danoso - data da publicação na rede social (Súmula 54/STJ).

Nos mesmos moldes cabível a condenação do apelado à (i) remoção da postagem ofensiva; (ii) publicação em sua rede "X" de expressa retratação quanto a mensagem que chamou autora de "*burra*", "*jeca*" e vinculada ao crime organizado; e (iii) à abstenção de novas publicações que reproduzam ou aludem ao mesmo conteúdo em referência à autora, sob pena de multa de R\$ 5.000,00 por publicação; (iv) o prazo para cumprimento da obrigação em incidente de cumprimento de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO  
São Paulo

sentença será de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 até o efetivo cumprimento da obrigação, limitada a multa a 30 dias corridos.

Nestes termos, prejudicado o pedido de concessão da tutela de urgência, diante do tempo já decorrido entre a postagem e os dias atuais, sem prejuízo do cumprimento da obrigação de fazer em incidente próprio.

Inverte-se a sucumbência fixada em sentença a favor do advogado da parte autora em 20% sobre o valor da condenação, nos termos da Súmula 326 do STJ: "*Em ações de danos morais, se a condenação for por um valor inferior ao pedido inicial, não se deve considerar como sucumbência parcial de ambas as partes.*"

Fica prequestionada toda a matéria constitucional e infraconstitucional debatida nos autos, conforme entendimento pacífico do C. STJ, segundo o qual é desnecessária a menção expressa aos dispositivos legais quando a tese jurídica tiver sido devidamente enfrentada no acórdão.

Adverte-se às partes quanto à possibilidade de aplicação de multa por litigância de má-fé ou recurso manifestamente protelatório, nos termos do art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil.

Ante o exposto, **DOU PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso, nos termos do voto.

Lucilia Alcione Prata

Relatora